

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *S. Jorde (B. B.)*

Class.: *279*

Data: *1 de Maio de 1989*

Pg.: _____

A Amazônia é nossa

Um mês antes da realização do Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira, conheci o cacique caiapó Paulo Paicã, que me traduziu todo o sentido e o sentimento desta batalha em poucas palavras:

"Minha família, minha gente corre perigo. Lutamos por nossas vidas e pelo lugar onde vivemos. Meus irmãos estão morrendo e a floresta acabando. Minha obrigação é lutar para viver". Naqueles dias, Paicã estava ansioso, preocupado em acertar todos os detalhes para que a reunião alcançasse o sucesso necessário. O encontro acabou-se tornando o maior congresso de índios brasileiros, desde o início da colonização do País.

O Encontro das Nações Indígenas do Xingu, realizado em Altamira-Pará, durante a semana passada, decidiu mobilizar a opinião pública, através de uma campanha nacional em defesa dos povos e da floresta amazônica. O futuro da Amazônia, área que representa 59% do território brasileiro, está ameaçado por uma avassaladora destruição: 200 mil Km² de floresta já foram derrubados para o plantio de capim, aí incluídos 112 grandes projetos agropecuários financiados com recursos do governo federal; e mais 8 mil Km² de mata continuam sendo abatidos por ano. Os cientistas do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) acreditam que, se esse ritmo de destruição não for contido, toda a floresta estará derrubada no ano 2020.

Mas não só a floresta virgem corre perigo. Os grandes rios amazônicos estão sendo envenenados pelo uso indiscriminado de mercúrio (300 toneladas nos últimos cinco anos) na extração de ouro — hoje a atividade mais lucrativa da região, cuja produção atinge cerca de 100 toneladas anuais e emprega quase 500 mil pessoas. A intoxicação dessa população por mercúrio compromete, inclusive, seus descendentes. O mercúrio lesa o sistema nervoso, provoca mutações genéticas, além de matar peixes, plantas e inviabilizar o uso do solo. O governo assinou um decreto proibindo os garimpeiros de utilizarem essa substância. Porém o governo não consegue exigir o cumprimento do decreto, pois não dispõe da infra-estrutura necessária para a fiscalização.

Existem 23 mineradoras operando em territórios indígenas, realizando uma desenfreada pilhagem das riquezas minerais da região. Os dois casos mais conhecidos são os da mineração Taboca, empresa subsidiária do grupo Parapanema, que explora a maior mina de estanho do mundo, localizada exatamente onde existia uma aldeia dos índios waimiri-atroari, expulsos deste local durante a construção da hidrelétrica de Balbina. A outra ocupação ocorre no território dos oito mil índios yanomani, em Roraima, onde 45 mil garimpeiros extraíram, só em 1988, 13 toneladas de ouro. Essa área, palco de freqüentes conflitos, inclusive com mortes de índios e garimpeiros, adquiriu repercussão internacional, depois que o líder yanomani Davi Copenava ganhou o Prêmio Global 500, do Programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A mais recente ameaça que paira sobre o "mundo verde" decorre da intenção do governo de implantar 79 usinas hidrelétricas na bacia amazônica, segundo propõe a Eletrobrás no chamado Plano 2010. No Rio Xingu serão construídas seis dessas usinas, que alagarão 18 mil Km² da floresta e atingirão mais de uma dezena de povos indígenas, inclusive os grupos do Parque Indígena do Xingu. As duas usinas em fase final de projeto ficarão localizadas próximas a Altamira, com um custo previsto de 10,6 bilhões de dólares — cabe lembrar que Itaipu, construída na região mais desenvolvida do País, teve um custo final de 15 bilhões de dólares, três vezes o valor estimado no projeto.

Além dos inestimáveis custos sócio-culturais e arqueológicos (centenas de sítios serão inundados), essas grandes usinas, tal como ocorreu com a hidrelétrica de Tucuruí, ao invés de gerarem energia para o consumo da população brasileira, são utilizadas para viabilizar grandes projetos minero-metalúrgicos, como os das empresas Alumar, Albrás e Grande Carajás, exportadoras de alumínio e de ferro. Estas empresas, com expressiva participação de capitais japoneses e americanos, consomem cerca de 80% da energia gerada em Tucuruí e pagam, por cada Kw consumido, menos da metade do custo de geração de 1Kw dessa energia. Para quem conhece a realidade da exploração da Amazônia, é fácil entender o apoio de expressiva parte da população de Altamira ao projeto de construção das duas hidrelétricas. Esta cidade, eleita o quilômetro zero da construção da Transamazônica, saltou de apenas cinco mil habitantes no início dos anos 70 para cerca de 60 mil habitantes atualmente — a maioria de nordestinos iludidos com a promessa de terra fácil e progresso rápido. Distante menos de 400km de Tucuruí, Altamira não recebe nenhum Kw da energia gerada naquela usina e vive num quadro de completo abandono: quando chove, a Transamazônica fica intransitável; a maior parte da população mora em palafitas; apenas 1/3 das residências possui água encanada; os esgotos escorrem a céu aberto; a energia dos motores a diesel deixa a cidade na escuridão.

E mais: os desastres previstos para a região de Altamira serão parecidos com os ocorridos em

Tucuruí. O reservatório e as obras em Tucuruí atingiram as reservas dos povos Parakanã, Gavião da Montanha e Asurini, além de submergir 14 povoados, 160km de rodovia federal e deslocar 24 mil pessoas. Apesar de reconhecida legalmente desde 1945, a reserva dos Gavião foi invadida e nela construídas três torres de transmissão no local da aldeia. Transferidos para outra reserva, esta também foi cortada por um corredor de 150 metros de largura por 19km de extensão, destruindo roças, castanhais, afugentando a caça e estimulando a invasão de posseiros.

A reserva dos Parakanã teve 40% da sua área invadida pelo lago. A área não alagada foi usada para reassentamento de 600 colonos, provocando conflitos sérios.

Transferidos para um local insalubre, dezenas de parakanãs foram mortos pela malária. Sob a tutela da Funai, os índios vêm sofrendo constantes deslocamentos, que aprofundam a descaracterização da sua estrutura sócio-cultural. Incapaz de planejar e executar programas de apoio, como denunciavam os antropólogos que atuam na região, a Funai utiliza vultosas somas para a aquisição de equipamentos para a sua própria infra-estrutura, sem garantir a demarcação das terras indígenas.

É preciso repensar o modelo de desenvolvimento da Amazônia. Esse é o principal recado que os índios, através do Encontro de Altamira, mandam para o povo brasileiro. A Amazônia não só é o maior laboratório vivo do planeta, onde habitam — calculam os cientistas — cerca de 15% dos quase 10 milhões de espécies que existem na Terra; seu ecossistema

é o mais complexo e o menos conhecido do mundo. As informações arqueológicas contidas em seus milhares de sítios são capazes de nos contar uma história inteiramente desconhecida sobre o homem americano. Esse laboratório contém informações valiosíssimas, inclusive para a ciência médica (o curare, por exemplo, hoje fundamental na medicina cirúrgica, foi descoberto pelos índios da Amazônia).

A irritada reação com que o governo brasileiro, através de declarações do presidente da República e de alguns ministros, condena uma suposta internacionalização da administração da região, que indiscutivelmente não interessa à população brasileira, não encerra a questão central do debate que precisa ser travado, urgente e seriamente, sobre a Amazônia: o modelo de desenvolvimento exportador implantado na região está apoiado num desastroso desconhecimento das potencialidades da Amazônia.

Apesar da sua exuberância, a Amazônia não suporta o desenvolvimento sustentado em grandes projetos. Ela exige o desenvolvimento equilibrado, ecológico, abrindo oportunidades de melhoria de vida para grandes contingentes populacionais, sem o privilegiamento de pequenos grupos. A Amazônia é nossa. Não podemos destruí-la. A modernidade brasileira só se tornará realidade com a preservação desse patrimônio genético, biológico, cultural e antropológico e, por outro lado, a condenação do nosso país ao eterno subdesenvolvimento virá com a sua destruição.

Josias Pires



Foto: ARQUIVO A TARDE

O encontro de Altamira trouxe à tona a questão da Amazônia

